

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO NORTE – UFRN E
UNIVERSIDADE DE GIRONA - UdG**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, com sede na Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal, Estado do Rio Grande do Norte, CEP: 59.078-970, Brasil, doravante denominada **UFRN**, neste ato representado por sua Magnífica Reitora, **Prof. Dr. ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ**, e a **UNIVERSIDADE DE GIRONA**, com sede em Girona (Espanha), praça de Sant Domènec, n.º 3, Cep 17071, doravante denominada **UdG**, neste ato representada por o seu Magnífico Reitor, **Prof. Dr. SERGI BONET MARULL**, agindo no nome e na representação desta universidade, como estabelece o Decreto 259/2013 de 3 de dezembro, nomeação do Reitor da Universidade de Girona (DOGC n.º 6516, datada de 05 de dezembro de 2013), e estabelecidos em conformidade com os artigos 93 e 97 dos estatutos da Universidade de Girona, aprovados por Acordo GOV / 94/2011, de 7 de junho (DOGC n.º 5897, de 09 de junho de 2011), resolvem de comum acordo celebrar o presente Acordo de Cooperação em conformidade com a legislação vigente em seus respectivos países e mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo é estabelecer uma cooperação mútua e ampla entre a UFRN e a UdG, visando desenvolver em conjunto ações de mútuo interesse por meio de:

- 1.1. Visitas e intercâmbio de professores, estudantes e técnicos administrativos das referidas instituições objetivando a realização de atividades voltadas à pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária;
- 1.2. Constituição de grupos de trabalho, elaboração e desenvolvimento conjunto de projetos e programas de cooperação a curto, médio e longo prazos;
- 1.3. Organização conjunta de eventos acadêmicos, científicos e culturais;
- 1.4. Cursos de diferentes níveis e categorias;
- 1.5. Consultoria técnica;
- 1.6. Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas, científicas e culturais;

**ACUERDO DE COOPERACIÓN QUE ENTRE SI
CELEBRAN LA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO NORTE – UFRN Y LA
UNIVERSIDAD DE GIRONA - UdG**

La **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, con sede en la Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Campus Universitario, Lagoa Nova, Natal, Provincia del Rio Grande del Norte, CEP: 59.078-970, Brasil, de un lado denominada **UFRN**, en este acto representada por su Magnífica Rectora, **Prof. Dra. ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ**, y la **UNIVERSIDAD DE GIRONA**, con sede en Girona (España), plaza de Sant Domènec núm.3, CP 17071 y NIF Q-6750002 de otro lado denominada **UdG**, en este acto representada por su Magnífico Rector, **Prof. Dr. SERGI BONET MARULL**, que actúa en nombre y representación de esta universidad, tal como establece el Decreto 259/2013, de 3 de diciembre, de nombramiento del rector de la Universidad de Girona (DOGC núm. 6516, de 5 de diciembre de 2013), y de conformidad con lo establecido en los artículos 93 y 97 de los Estatutos de la Universidad de Girona, aprobados por Acuerdo GOV/94/2011, de 7 de junio (DOGC núm. 5897, de 9 de junio de 2011), resuelven de común acuerdo celebrar el presente Acuerdo de Cooperación en conformidad con la legislación vigente en sus respectivos países y mediante las cláusulas y condiciones a seguir pactadas:

CLÁUSULA PRIMERA - DEL OBJETO

El objeto del presente Término es establecer una cooperación mutua y amplia entre la UFRN y la UdG, intentando desarrollar en conjunto acciones de mutuo interés por medio de:

- 1.1. Visitas y intercambio de profesores, estudiantes y técnicos administrativos de las referidas instituciones objetivando la realización de actividades hacia la investigación, enseñanza, extensión y gestión universitaria;
- 1.2. Constitución de grupos de trabajo, elaboración y desarrollo conjunto de proyectos y programas de cooperación a corto, mediano y largo plazos;
- 1.3. Organización conjunta de eventos académicos, científicos y culturales;
- 1.4. Cursos de diferentes niveles y categorías;
- 1.5. Consultoria técnica;

1.7. Facilitação do acesso à infraestrutura informacional e laboratorial das respectivas instituições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Para execução do objeto acordado na cláusula primeira, as partes elaborarão projetos específicos definidos em Planos de Trabalho, devidamente aprovados e vinculados ao presente Termo de Cooperação.

2.1. Os planos de trabalho ou Projetos aludidos nesta cláusula deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- 2.1.1. Identificação dos executores e as responsabilidades assumidas entre as partes interessadas;
- 2.1.2. Metas a serem atingidas;
- 2.1.3. Etapas ou fases de execução;
- 2.1.4. Cronograma de execução.

2.2. Caso seja necessário, serão elaborados Termos Aditivos ou Acordos específicos para definir regras de operacionalização das atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

As partes acordantes poderão compartilhar os custos inerentes às diversas atividades, segundo a sua regulamentação interna e entendimentos prévios e específicos para cada caso. Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As atividades de investigação conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos Projetos ou Planos de Trabalho vinculados ao presente Acordo de Cooperação. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o acordo prévio das duas partes. A parte que deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

1.6. Intercambio de informaciones y publicaciones académicas, científicas y culturales;

1.7. Facilitación del acceso a la infraestructura informacional y laboratorial de las respectivas instituciones.

CLÁUSULA SEGUNDA - DE LA EJECUCIÓN

Para la ejecución del objeto acordado en la cláusula primera, las partes deben elaborar proyectos específicos definidos en Planes de Trabajo, debidamente aprobados y vinculados al presente Término de Cooperación.

2.1. Los planes de trabajo o Proyectos aludidos en esta cláusula deberán contener, en lo mínimo, las siguientes informaciones:

- 2.1.1. Identificación de los ejecutores y las responsabilidades asumidas entre las partes interesadas;
- 2.1.2. Metas que serán atingidas;
- 2.1.3. Etapas o fases de ejecución;
- 2.1.4. Cronograma de ejecución.

2.2. Caso sea necesario, serán elaborados Términos Aditivos o Convenios específicos para definir reglas de operabilidad de las actividades.

CLÁUSULA TERCERA - DE LA VIGENCIA

El presente Acuerdo de Cooperación tendrá vigencia por el plazo de 05 (cinco) años, contado a partir de la fecha de que sea firmado.

CLÁUSULA CUARTA - DE LOS RECURSOS FINANCIEROS

Las partes pactadas podrán compartir los costes inherentes a las diversas actividades, según su reglamentación interna y entendimientos previos y específicos para cada caso. No habrá transferencia de recursos financieros entre las partes.

CLÁUSULA QUINTA - DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL

Las actividades de investigación conjunta que puedan producir resultados susceptibles de protección de los derechos de propiedad intelectual deben estar previstas en los Proyectos o Planes de Trabajo vinculados al presente Acuerdo de Cooperación las Universidades deberán acordar reglas de articulación en el sentido de garantizar la adhesión de todos los intervenientes a las reglas establecidas en sus respectivos Reglamentos de Propiedad Intelectual. Por lo tanto, ninguno de los resultados de la cooperación científica o técnica podrá ser utilizado sin el acuerdo previo de las dos partes. La parte que deje de cumplir

CLÁUSULA SEXTA – DO SEGURO

Os professores, estudantes e técnicos administrativos participantes dos programas de cooperação, nos termos deste Acordo, seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora, e deverão contratar um seguro internacional de cobertura médico-hospitalar para a sua permanência no exterior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer uma das partes, desde que aquela que assim o desejar comunique à outra, por escrito, com antecedência mínima de trinta dias. As atividades em andamento, por força de projetos previamente aprovados e cobertos por Termos Aditivos, não serão prejudicadas, devendo, consequentemente, ser concluídas ainda que ocorra denúncia por uma das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo, as partes emvidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as partes indicarão, de comum acordo, um terceiro, para atuar como mediador.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento em duas vias bilingües (língua portuguesa/língua espanhola) de igual teor e forma, para fins de direito.

Natal, 28 de Maio de 2015



Prof.ª DR. ANSÉLA MARIA PAIVA CRUZ
Reitora UFRN

lo pactado en esta cláusula asumirá la responsabilidad jurídica correspondiente.

CLÁUSULA SEXTA – DEL SEGURO

Los profesores, estudiantes y técnicos administrativos participantes de los programas de cooperación, en los términos de este Acuerdo, seguirán las exigencias de inmigración del país de la institución receptora, y deberán contratar un seguro internacional de cobertura médico-hospitalario para su permanencia en el exterior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DE LA RESCISIÓN

Este Término de Cooperación podrá ser denunciado y/o rescindido por cualquiera de las partes, desde que aquella que lo desee comunique a la otra parte, por escrito, con antecedencia mínima de treinta días. Las actividades en desarrollo, por fuerza de proyectos previamente aprobados y con coberturas por Términos Aditivos, no serán perjudicadas, debiendo consecuentemente ser concluidas, aunque ocurra denuncia por una de las partes.

CLÁUSULA OCTAVA - DEL FUERO

Para dirimir dudas que puedan ser suscitadas en la ejecución e interpretación do presente Acuerdo, las partes emplearán esfuerzos en la búsqueda de una solución consensual. No lo siendo posible, las partes indicarán, de común acuerdo, un tercero, para actuar como mediador.

Y, por estar así acordados, firman el presente instrumento en dos vias bilingües (lengua portuguesa/lengua española) de igual tenor y forma, para fines de derecho.

Natal, 28 de Mayo de 2015

Prof. Dr. SERGI BONET MARULL
Rector de la UdG

Universitat de Girona
Rectorat